

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.496
Preferenciais	10.336
Total	21.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	903.313	879.260
1.01	Ativo Circulante	472.857	468.287
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	87.884	69.649
1.01.03	Contas a Receber	133.950	145.805
1.01.03.01	Clientes	128.041	140.361
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.909	5.444
1.01.03.02.01	Outros créditos	5.909	5.444
1.01.04	Estoques	177.409	177.537
1.01.06	Tributos a Recuperar	56.910	54.979
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	56.910	54.979
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a compensar	56.910	54.979
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.622	2.617
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.082	17.700
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.693	3.693
1.01.08.03	Outros	7.389	14.007
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	7.389	14.007
1.02	Ativo Não Circulante	430.456	410.973
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.543	22.805
1.02.01.03	Contas a Receber	8.277	8.408
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.277	8.408
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	298	16
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	298	16
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.968	14.381
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	13.865	11.514
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	1.103	2.867
1.02.02	Investimentos	98.322	101.293
1.02.02.01	Participações Societárias	34.338	37.309
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	27.875	30.846
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.463	6.463
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	63.984	63.984
1.02.03	Imobilizado	300.028	277.906
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	275.194	252.737
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	24.834	25.169
1.02.04	Intangível	8.563	8.969
1.02.04.01	Intangíveis	8.563	8.969

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	903.313	879.260
2.01	Passivo Circulante	283.662	263.415
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.299	26.421
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.953	6.613
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.346	19.808
2.01.02	Fornecedores	101.712	66.672
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53.094	66.583
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	48.618	89
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.311	17.527
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.237	4.514
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	512	266
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais e federais	3.725	4.248
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	10.005	12.457
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.069	556
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	113.199	118.210
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	101.285	106.204
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.094	18.016
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	82.191	88.188
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	11.914	12.006
2.01.05	Outras Obrigações	32.141	34.585
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.358	6.799
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.358	6.799
2.01.05.02	Outros	24.783	27.786
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.524	3
2.01.05.02.04	Verbas diretas	4.189	4.321
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	9.882	9.096
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	285	0
2.01.05.02.08	Financiamento de impostos	1.741	2.015
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	7.162	12.351
2.02	Passivo Não Circulante	220.809	217.616
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	186.108	182.952
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	80.621	80.282
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	46.399	45.032
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.222	35.250
2.02.01.02	Debêntures	105.487	102.670
2.02.02	Outras Obrigações	15.590	17.185
2.02.02.02	Outros	15.590	17.185
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	6.267	8.049
2.02.02.02.04	Financiamento de impostos	3.093	2.650
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	6.230	6.486
2.02.03	Tributos Diferidos	9.236	9.234
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.236	9.234
2.02.04	Provisões	9.875	8.245
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.875	8.245
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.599	1.558
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.787	5.669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.216	1.018
2.02.04.01.05	Provisão para perda com investimentos	1.273	0
2.03	Patrimônio Líquido	398.842	398.229
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	174.425	175.876
2.03.04.01	Reserva Legal	13.801	13.801
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	70	1.521
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	160.554	160.554
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.075	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.754	23.824
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	114	55

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	338.384	271.086
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-233.246	-175.724
3.03	Resultado Bruto	105.138	95.362
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-96.974	-83.403
3.04.01	Despesas com Vendas	-62.231	-50.127
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.656	-26.151
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.782	-7.512
3.04.05.01	Honorários da administração	-1.670	-1.541
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-2.620	-3.452
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	-2.492	-2.519
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.305	387
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.164	11.959
3.06	Resultado Financeiro	-5.550	-3.801
3.06.01	Receitas Financeiras	12.563	2.495
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.113	-6.296
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.614	8.158
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-539	-1.149
3.08.01	Corrente	-536	-949
3.08.02	Diferido	-3	-200
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.075	7.009
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.075	7.009
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	2.075	7.009
4.02	Outros Resultados Abrangentes	59	0
4.02.02	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	59	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.134	7.009

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	48.129	15.627
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.493	19.959
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	2.075	7.009
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.012	6.319
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	4.305	-387
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	2.563	44
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	583	995
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	1.096	-206
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perda em estoque	210	2.327
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	698	3.364
6.01.01.10	Constituição de IR e CS diferidos	3	201
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado	6.948	293
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	24.636	-4.332
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	11.737	-5.130
6.01.02.02	Estoques	-82	-2.144
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	-4.282	2.933
6.01.02.04	Créditos com controladas	-282	-295
6.01.02.06	Outros créditos	-3.339	1.015
6.01.02.07	Fornecedores	35.040	-438
6.01.02.08	Tributos a recolher	-3.829	-940
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-5.122	-1.775
6.01.02.10	Débito com outras partes relacionadas	559	373
6.01.02.11	Fretes a pagar	786	600
6.01.02.12	Provisão para contingências	-972	-373
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-5.578	1.842
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-27.488	-9.871
6.02.02	Intangível	-316	-248
6.02.03	Imobilizado	-27.172	-9.623
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.406	18.486
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	7.587	25.185
6.03.04	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-10.522	-4.018
6.03.05	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-1.190	-1.212
6.03.06	Amortização de instrumentos financeiros derivativos	1.719	-1.469
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.235	24.242
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.649	73.986
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	87.884	98.228

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	175.876	0	23.879	398.229
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	175.876	0	23.879	398.229
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.521	0	0	-1.521
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.521	0	0	-1.521
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	70	2.075	-11	2.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.075	0	2.075
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	70	0	-11	59
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	59	59
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	70	0	-70	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	174.425	2.075	23.868	398.842

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	157.579	0	24.109	380.162
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	157.579	0	24.109	380.162
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	71	7.009	-71	7.009
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.009	0	7.009
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	71	0	-71	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	71	0	-71	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	157.650	7.009	24.038	387.171

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	384.017	302.308
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	390.982	304.962
7.01.02	Outras Receitas	-6.382	-2.494
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-6.418	-2.957
7.01.02.02	Outras receitas	36	463
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-583	-160
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-292.453	-228.659
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-216.280	-161.396
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72.952	-63.558
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-357	-1.682
7.02.04	Outros	-2.864	-2.023
7.03	Valor Adicionado Bruto	91.564	73.649
7.04	Retenções	-5.681	-6.058
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.681	-6.058
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	85.883	67.591
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.258	2.882
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.305	387
7.06.02	Receitas Financeiras	12.563	2.495
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.141	70.473
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.141	70.473
7.08.01	Pessoal	37.397	32.440
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.286	20.215
7.08.01.02	Benefícios	6.799	5.610
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.244	2.044
7.08.01.04	Outros	5.068	4.571
7.08.01.04.01	Honorários da administração	1.670	1.541
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	2.500	2.500
7.08.01.04.03	Outros gastos	898	530
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.080	20.712
7.08.02.01	Federais	6.269	7.067
7.08.02.02	Estaduais	25.216	13.199
7.08.02.03	Municipais	595	446
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.589	10.312
7.08.03.01	Juros	18.113	6.296
7.08.03.02	Aluguéis	4.476	4.016
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.075	7.009
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.075	7.009

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	892.423	865.258
1.01	Ativo Circulante	478.935	474.177
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	105.358	100.658
1.01.03	Contas a Receber	133.943	145.611
1.01.03.01	Clientes	128.349	140.490
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.594	5.121
1.01.03.02.01	Outros créditos	5.594	5.121
1.01.04	Estoques	163.219	146.779
1.01.06	Tributos a Recuperar	56.951	55.017
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	56.951	55.017
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a compensar	56.951	55.017
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.635	2.640
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.829	23.472
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.693	3.693
1.01.08.03	Outros	10.136	19.779
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	7.987	17.566
1.01.08.03.02	Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	2.149	2.213
1.02	Ativo Não Circulante	413.488	391.081
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.543	22.805
1.02.01.03	Contas a Receber	8.277	8.408
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.277	8.408
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	298	16
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	298	16
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.968	14.381
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	13.865	11.514
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	1.103	2.867
1.02.02	Investimentos	64.048	64.048
1.02.02.01	Participações Societárias	64	64
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64	64
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	63.984	63.984
1.02.03	Imobilizado	310.935	288.860
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	286.101	263.691
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	24.834	25.169
1.02.04	Intangível	14.962	15.368
1.02.04.01	Intangíveis	14.962	15.368

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	892.423	865.258
2.01	Passivo Circulante	271.424	246.794
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.363	26.495
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.004	6.672
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.359	19.823
2.01.02	Fornecedores	101.735	66.700
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53.115	66.611
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	48.620	89
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.409	17.618
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.335	4.605
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	575	333
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	3.760	4.272
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	10.005	12.457
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.069	556
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	101.285	106.204
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	101.285	106.204
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.094	18.016
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	82.191	88.188
2.01.05	Outras Obrigações	31.632	29.777
2.01.05.02	Outros	31.632	29.777
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.526	5
2.01.05.02.04	Verbas diretas	4.189	4.321
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	9.882	9.096
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	7.054	1.895
2.01.05.02.08	Financiamento de impostos	1.741	2.015
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	7.240	12.445
2.02	Passivo Não Circulante	222.132	220.211
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	186.108	182.952
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	80.621	80.282
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	46.399	45.032
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.222	35.250
2.02.01.02	Debêntures	105.487	102.670
2.02.02	Outras Obrigações	15.590	17.185
2.02.02.02	Outros	15.590	17.185
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	6.267	8.049
2.02.02.02.04	Financiamento de impostos	3.093	2.650
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	6.230	6.486
2.02.03	Tributos Diferidos	11.677	11.675
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.677	11.675
2.02.04	Provisões	8.757	8.399
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.757	8.399
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.608	1.586
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.933	5.795
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.216	1.018
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	398.867	398.253
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	174.425	175.876
2.03.04.01	Reserva Legal	13.801	13.801
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	70	1.521
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	160.554	160.554
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.075	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.754	23.879
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	114	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	25	24

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	345.575	271.066
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-237.749	-175.610
3.03	Resultado Bruto	107.826	95.456
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-92.803	-83.804
3.04.01	Despesas com Vendas	-62.231	-50.127
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.790	-26.152
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.782	-7.512
3.04.05.01	Honorários da administração	-1.670	-1.541
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-2.620	-3.452
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	-2.492	-2.519
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-13
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.023	11.652
3.06	Resultado Financeiro	-12.354	-3.439
3.06.01	Receitas Financeiras	14.601	2.495
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.955	-5.934
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.669	8.213
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-594	-1.204
3.08.01	Corrente	-591	-1.004
3.08.02	Diferido	-3	-200
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.075	7.009
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.075	7.009
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.075	7.009
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.075	7.009
4.02	Outros Resultados Abrangentes	59	0
4.02.02	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	59	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.134	7.009
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.134	7.009

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34.735	15.741
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	27.193	20.444
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	2.075	7.009
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.028	6.319
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	0	13
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	2.563	44
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	583	995
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	1.097	-206
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perda em estoque	210	2.327
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	851	3.449
6.01.01.10	Constituição de IR e CS diferidos	3	201
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado	14.783	293
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.542	-4.703
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	11.700	-5.130
6.01.02.02	Estoques	14.131	-2.144
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	-4.285	2.933
6.01.02.04	Créditos com controladas	-218	-295
6.01.02.05	Outros créditos	-3.306	1.016
6.01.02.06	Fornecedores	35.035	-438
6.01.02.07	Tributos a recolher	-3.822	-940
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	-5.132	-1.775
6.01.02.09	Débito com outras partes relacionadas	-30.781	0
6.01.02.10	Fretes a pagar	786	600
6.01.02.11	Provisão para contingências	-972	-373
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-5.594	1.843
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-27.488	-9.871
6.02.01	Intangível	-316	-248
6.02.02	Imobilizado	-27.172	-9.623
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.406	18.486
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	7.587	25.185
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-10.522	-4.018
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-1.190	-1.212
6.03.04	Amortização de instrumentos financeiros derivativos	1.719	-1.469
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-141	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.700	24.356
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100.658	74.019
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	105.358	98.375

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	175.876	0	23.879	398.229	24	398.253
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	175.876	0	23.879	398.229	24	398.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.521	0	0	-1.521	1	-1.520
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.521	0	0	-1.521	0	-1.521
5.04.08	Participação de minoritários	0	0	0	0	0	0	1	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	70	2.075	-11	2.134	0	2.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.075	0	2.075	0	2.075
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	70	0	-11	59	0	59
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	59	59	0	59
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	70	0	-70	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	174.425	2.075	23.868	398.842	25	398.867

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	157.579	0	24.109	380.162	24	380.186
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	157.579	0	24.109	380.162	24	380.186
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	1	1
5.04.08	Participação de minoritários	0	0	0	0	0	0	1	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	71	7.009	-71	7.009	0	7.009
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.009	0	7.009	0	7.009
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	71	0	-71	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	71	0	-71	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	157.650	7.009	24.038	387.171	25	387.196

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	387.295	302.308
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	394.260	304.962
7.01.02	Outras Receitas	-6.382	-2.494
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-6.418	-2.957
7.01.02.02	Outras receitas	36	463
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-583	-160
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-293.023	-228.544
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-216.746	-161.282
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72.984	-63.558
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-357	-1.682
7.02.04	Outros	-2.936	-2.022
7.03	Valor Adicionado Bruto	94.272	73.764
7.04	Retenções	-5.681	-6.058
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.681	-6.058
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	88.591	67.706
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.601	2.482
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-13
7.06.02	Receitas Financeiras	14.601	2.495
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	103.192	70.188
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	103.192	70.188
7.08.01	Pessoal	37.421	32.441
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.306	20.215
7.08.01.02	Benefícios	6.801	5.610
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.244	2.044
7.08.01.04	Outros	5.070	4.572
7.08.01.04.01	Honorários da administração	1.670	1.541
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	2.500	2.500
7.08.01.04.03	Outros gastos	900	531
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.265	20.788
7.08.02.01	Federais	6.417	7.143
7.08.02.02	Estaduais	25.216	13.199
7.08.02.03	Municipais	632	446
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.431	9.950
7.08.03.01	Juros	26.955	5.934
7.08.03.02	Aluguéis	4.476	4.016
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.075	7.009
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.075	7.009

Comentário



Divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2014

Fortaleza – CE, 09 de maio de 2014 – A J.Macêdo S.A. (“J. Macêdo”), Companhia líder nacional nos mercados de farinhas para uso doméstico e misturas para bolos, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2014 (1T14). As informações operacionais e financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2013 (1T13), salvo indicação contrária.

Destaques do período

- O volume de vendas atingiu 189,8 mil toneladas no 1T14, um crescimento de 38,1% com relação ao mesmo período do ano anterior.
- A receita líquida no 1T14 foi de R\$ 345,6 milhões, representando um aumento de 27,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- O lucro bruto no 1T14 foi de R\$ 107,8 milhões, um aumento de 12,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- O EBITDA acumulado dos últimos 12 meses totalizou R\$ 103,7 milhões, representando um crescimento de 21,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- A margem EBITDA representou 7,3% da receita líquida contra 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior (+ 0,2 p.p.).
- Os investimentos realizados no exercício totalizaram R\$ 29,0 milhões, com foco em produtividade nos ativos operacionais.

Principais destaques	1T14	1T13	1T14 X 1T13 (%)	4T13	1T14 X 4T13 (%)
Receita Líquida de Impostos	345,6	271,1	27,5%	389,0	-11,2%
Lucro Bruto	107,8	95,7	12,6%	124,3	-13,3%
EBITDA*	103,7	85,6	21,1%	101,0	2,6%
Margem EBITDA (%)*	7,3%	7,1%	0,2 p.p.	7,5%	-0,2 p.p.
Vendas em mil toneladas	189,8	137,4	38,1%	197,4	-3,9%

* 12 últimos meses

Comentário do Desempenho



Desempenho Operacional

DESEMPENHO DO TRIGO

As dificuldades de abastecimento de trigo para o Brasil continuaram presentes no primeiro trimestre de 2014, período que normalmente deveria ser de facilidades de suprimento com a plena entrada da safra Argentina, tradicionalmente o principal fornecedor do Brasil. Porém persistem as restrições do Governo Argentino à exportação de trigo, forçando o Brasil a seguir comprando dos Estados Unidos e do Canadá, com custos adicionais de frete e de TEC (Tarifa Externa Comum do Mercosul). Como fornecedor nacional o estado Rio Grande do Sul se destaca em 2013/14 como principal fornecedor devido à quebra na safra paranaense de 2013.

A safra de trigo 2013/14 segundo o USDA em seu relatório de 10 de março foi de 711,89 milhões de toneladas, e os estoques finais projetados para maio/2014 de 183,73 milhões de toneladas, e suficientes para o seguro atendimento da demanda mundial.

As cotações do trigo nas Bolsas de Kansas e Chicago, formadoras do preço mundial, declinaram até o final de janeiro, chegando à mínima de 6,05 USD/bushel, quando iniciou movimento de recuperação de preços, inicialmente devido a compras técnicas dos Fundos de Investimento e depois aceleradas com a crise da Ucrânia e problemas climáticos na região produtora de trigo “hard” nos Estados Unidos. Este movimento de alta fez com que os preços do trigo subissem 31% em poucas semanas, atingindo a máxima de 7,94 USD/bushel.

O Governo Argentino anunciou em meados de janeiro a liberação de licenças de exportação para apenas 1,5 milhão de toneladas da safra 2013/14, frente a uma necessidade de importação do Brasil estimada entre 6,5-7,0 milhões de toneladas no período. A liberação tem sido incerta e em lotes de 500 mil toneladas, insuficientes para atender a demanda de um mês de importações do Brasil, o que tem sustentado os preços no mercado Argentino na paridade com o custo de importação dos EUA, acrescidos da TEC. O trigo estava com cotação nominal de USD 380/t FOB portos Argentinos no final de março.

Até a colheita da próxima safra argentina, em novembro/14, os Estados Unidos e o Canadá devem seguir como os principais fornecedores externos do Brasil.

Mercado Nacional

A safra brasileira 2013 está estimada em 5,3 milhões de toneladas, sendo que 3,2 milhões de toneladas produzidos no Rio Grande do Sul. Mesmo com o a falta de trigo no Mercosul, a necessidade de escoamento rápido e os custos logísticos para movimentação do trigo gaúcho fizeram com que os preços no interior do Rio Grande do Sul recuassem até meados de fevereiro, chegando a R\$ 560/tonelada. Seguindo a recuperação dos preços internacionais o trigo gaúcho encerrou o trimestre cotado a R\$ 720/t sobre rodas no interior do estado.

No Paraná, com oferta reduzida, os preços recuaram e se mantiveram acima dos R\$ 750/t sobre rodas no interior no período de baixa, encerrando o trimestre cotado a R\$

Comentário do Desempenho



850/t sobre rodas interior, próximos da paridade dos custos do trigo importado.

Estimulado por preços recordes, é estimado um aumento de área do trigo a ser semeado no Brasil e no Mercosul no ciclo 2014/15, com plantio iniciando no mês de abril e colheita no final de agosto no Paraná. Até a entrada da nova safra seguiremos com suprimento restrito e alto custo de trigo para os moinhos brasileiros, sujeitos ainda aos efeitos do clima sobre as novas safras e ao comportamento do câmbio.

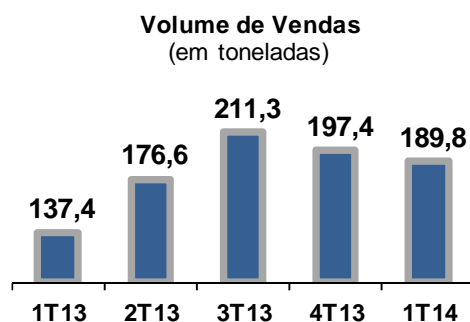
MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO E PANIFICAÇÃO

A receita bruta da Companhia, nos dois segmentos em que atua, totalizou R\$ 398,3 milhões no 1T14, um aumento de 30,6% em relação à igual período de 2013 (R\$ 305,0 milhões). A margem passou de 33,1% no 1T13 para 27,9% no 1T14.

VENDAS

O volume de vendas apresentou um crescimento de 38,1% no 1T14 em comparação ao mesmo período de 2013, atingindo 189,8 mil toneladas. A receita líquida apresentou crescimento de 27,5% para o mesmo período de comparação. A Companhia manteve no trimestre a política de enquadramento de margens e adequação da política comercial nas diversas categorias e canais. Abaixo, segue volume de vendas da controladora:

Toneladas	1T14	1T13	1T14 X 1T13 (%)	4T13	1T14 X 4T13 (%)
Farinhas e farelo	136.377	88.381	54,3%	137.969	-1,2%
Massas	32.056	27.041	18,5%	37.324	-14,1%
Misturas para bolos e pães	10.606	7.980	32,9%	13.275	-20,1%
Biscoitos	3.906	3.674	6,3%	4.451	-12,2%
Sobremesas	826	617	33,8%	959	-13,9%
Fermentos	316	226	40,0%	379	-16,5%
Subtotal Consumo	184.087	127.919	43,9%	194.357	-5,3%
Outros	5.688	9.495	-40,1%	3.079	84,8%
Total	189.775	137.414	38,1%	197.436	-3,9%

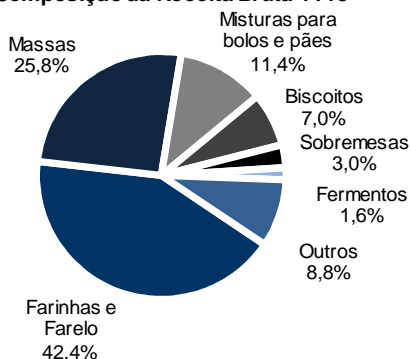


Comentário do Desempenho

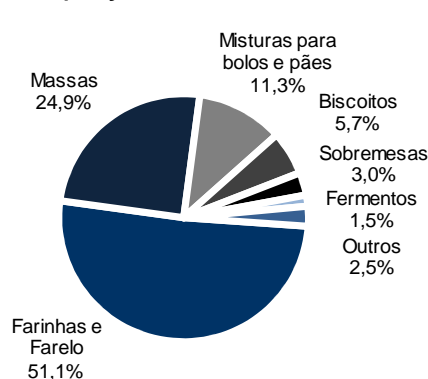


Com o retorno ao mercado de farinhas e misturas para uso profissional, a Companhia eleva suas vendas nestas categorias, aumentando o percentual das mesmas na composição da receita bruta.

Composição da Receita Bruta 1T13

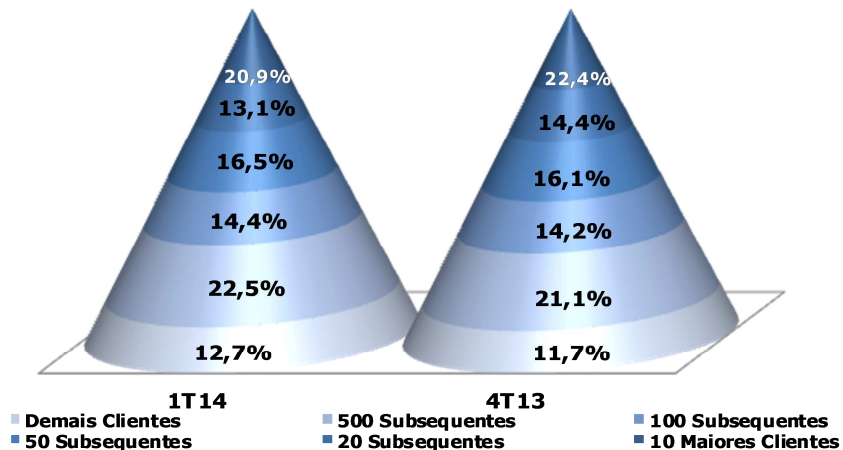


Composição da Receita Bruta 1T14



Neste trimestre, o percentual da receita bruta dos 10 maiores clientes da Companhia representou 20,9% das vendas brutas, com redução da participação em 1,5% quando comparada ao trimestre anterior.

Distribuição da Concentração de Vendas 1T14 x 4T13



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO

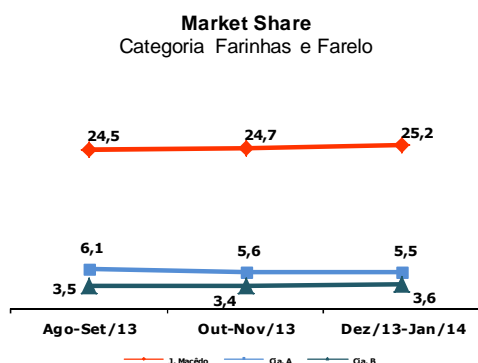
A Companhia apresenta a seguir as principais categorias e o desempenho por linha de produto. Em 2014 ocorreu mudança na metodologia aplicada pela ACNielsen para leitura percentual das empresas com relação a participação no mercado. Nesta nova metodologia, foram inseridos os estados do Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Belém e

Comentário do Desempenho



Manaus, alterando dados de pesquisas anteriores. Os gráficos abaixo consideram estas alterações.

Farinhas e Farelo:



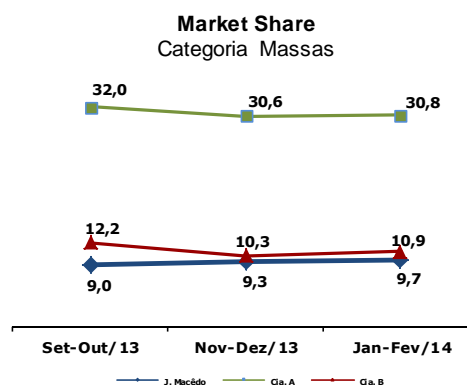
Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas recuou 5,3% do ano móvel 2014 (Dez-13/Jan-14 a Fev/Mar-13) para 2013 (Dez-12/Jan-13 a Fev/Mar-12). A participação de mercado em volume da Companhia cresceu de 24,7% para 25,2% na leitura dos bimestres de Out/Nov-13 x Dez13/Jan-14.

A pesquisa realizada pela ACNielsen não considera o segmento de panificação, o qual contribuiu sensivelmente para o crescimento dos volumes totais de Farinhas.

A categoria de Farinhas e Farelo representou 51,1% da receita bruta da Companhia no 1T14 (1T13: 42,4%). A receita nesta categoria aumentou 57,5% do 1T13 para o 1T14, sustentada principalmente pelo reingresso no segmento de panificação e pelo reposicionamento de preços da categoria.

Massas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Massas cresceu 3,0% no ano móvel de 2014 (Jan/Fev-14 a Mar/Abr-13) vs o ano móvel de 2013 (Jan/Fev-13 a Mar/Abr-12). A participação de mercado em volume da Companhia cresceu de 9,3% para 9,7% na leitura dos bimestres de Nov/Dez-13 x Jan/Fev-14.

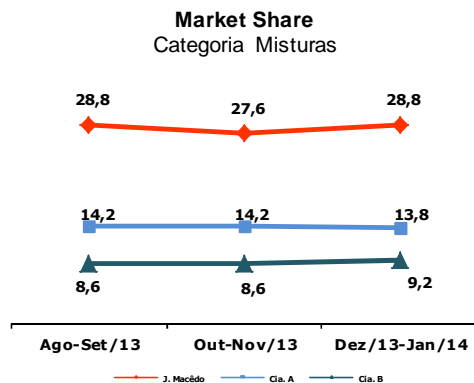


A categoria de Massas representou 24,9% da receita bruta da Companhia no 1T14 (1T13: 25,8%). A receita nesta categoria aumentou 26,1% do 1T13 para o 1T14, impactada pelo reposicionamento de preço devido alta no preço do trigo em relação ao ano de 2013 e pela adequação de nossa política comercial. Buscamos volumes com margens favoráveis, através do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

Comentário do Desempenho



Misturas:



Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Misturas cresceu 2,3% ano móvel 2014 (Dez-13/Jan-14 a Fev/Mar-13) para 2013 (Dez-12/Jan-13 a Fev/Mar-12). A participação de mercado em volume da Companhia cresceu de 27,6% para 28,8% na leitura dos bimestres de Out/Nov-13 x Dez13/Jan-14.

A categoria de Misturas representou 11,3% da receita bruta da Companhia no 1T14 (1T13: 11,4%).

A receita nesta categoria aumentou 29,3% do 1T13 para o 1T14, impactada pelo reposicionamento de preços e melhoria no *mix* de vendas dentro das categorias.

Outras categorias:

A categoria de Biscoitos representou 5,7% da receita bruta da Companhia no 1T14 (1T13: 7,0%). A receita nesta categoria aumentou 6,3% do 1T13 para o 1T14.

A categoria de Sobremesas representou 3,0% da receita bruta da Companhia no 1T14 (1T13: 3,0%). A receita nesta categoria aumentou 30,4% do 1T13 para o 1T14.

A categoria de Fermentos representou 1,5% da receita bruta da Companhia no 1T14 (1T13: 1,6%). A receita nesta categoria cresceu 20,3% do 1T13 para o 1T14.

Comentário do Desempenho



Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Indicadores	1T14	1T13	1T14 X 1T13 (%)	4T13	1T14 X 4T13 (%)
Receita Bruta	398,3	305,0	30,6%	446,6	-10,8%
Receita Líquida de Impostos	345,6	271,1	27,5%	389,0	-11,2%
Lucro Bruto	107,8	95,7	12,6%	124,3	-13,3%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	31,2%	35,3%	-4,1 p.p.	32,0%	-0,8 p.p.
Resultado antes do IR	2,7	8,2	-67,1%	16,3	-83,4%
Margem Operacional (%)	0,8%	3,0%	-2,2 p.p.	4,2%	-3,4 p.p.
EBITDA*	103,7	85,6	21,1%	101,0	2,6%
Margem EBITDA (%)*	7,3%	7,1%	0,2 p.p.	7,5%	-0,2 p.p.

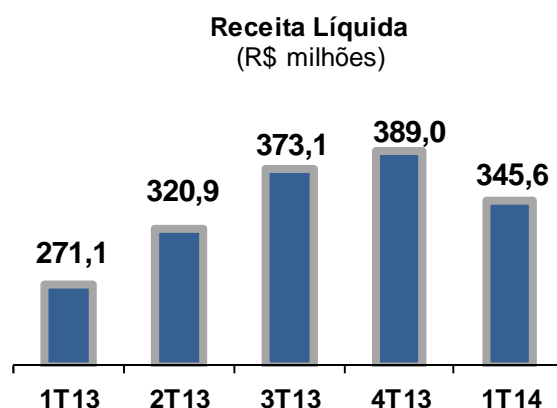
* 12 últimos meses

RECEITA BRUTA

A receita bruta no 1T14 totalizou R\$ 398,3 milhões, apresentando um crescimento de 30,6% em relação aos R\$ 305,0 milhões registrados no 1T13.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia somou R\$ 345,6 milhões no 1T14, um crescimento de 27,5% em relação ao 1T13 (R\$ 271,1 milhões).



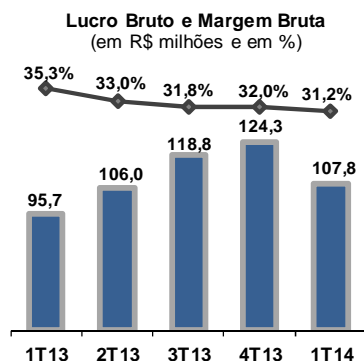
CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 1T14 totalizaram R\$ 237,8 milhões, equivalentes a 68,8% da receita líquida, comparados aos R\$ 175,6 milhões (64,8% da receita líquida) registrados no 1T13.

Comentário do Desempenho

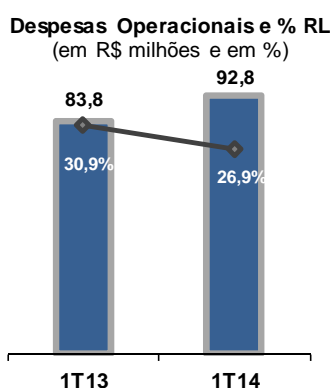


LUCRO BRUTO



O lucro bruto do 1T14 foi de R\$ 107,8 milhões, um aumento de 12,6% com relação aos R\$ 95,7 milhões registrados no 1T13. No trimestre, este lucro representa 31,2% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 35,3%.

DESPESAS OPERACIONAIS



As despesas operacionais do 1T14 totalizaram R\$ 92,8 milhões, correspondentes a 26,9% da receita líquida do mesmo período, 10,7% acima dos R\$ 83,8 milhões registrados no 1T13 (30,9% da receita líquida).

As despesas com vendas foram impactadas pelo incremento da equipe de promotores de vendas e pelas novas operações logísticas incorridas com o término do Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes que a Companhia vinha executando com a Bunge Alimentos S.A. até março/2013.

Despesas Operacionais	1T14	1T13	1T14 X 1T13 (%)	4T13	1T14 X 4T13 (%)
Vendas	(62,2)	(50,1)	24,2%	(72,5)	-14,2%
Gerais e Administrativas	(23,8)	(26,2)	-9,2%	(26,5)	-10,2%
Honorários da Administração	(1,7)	(1,5)	13,3%	(1,6)	6,3%
Depreciação/Amortização	(2,6)	(3,5)	-25,7%	(3,6)	-27,8%
Outras Despesas/ Receitas	(2,5)	(2,5)	0,0%	4,9	-151,0%
Total	(92,8)	(83,8)	10,7%	(99,3)	-6,5%

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

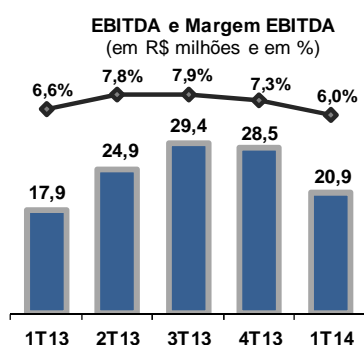
Resultado Financeiro	1T14	1T13	1T14 X 1T13 (%)
Receitas Financeiras	14,6	2,5	484,0%
Despesas Financeiras	(27,0)	(5,9)	357,6%
Total	(12,4)	(3,4)	264,7%

Comentário do Desempenho



A Companhia registrou, no 1T14, resultado financeiro líquido de R\$ 12,4 milhões de despesas, um aumento de 264,7% comparado aos R\$ 3,4 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado pelo ajuste a valor de mercado das operações de hedge, para compra de trigo importado.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA



Como consequência dos aspectos comentados anteriormente, a Companhia encerra o 1T14 com lucro operacional de R\$ 2,7 milhões.

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 1T14 totalizou R\$ 20,9 milhões (margem de 6,0% da receita líquida), que representou acréscimo de 16,8% em relação aos R\$ 17,9 milhões (margem de 6,6% da receita líquida) no mesmo período do ano passado.

O EBITDA acumulado de doze meses totalizou R\$ 103,7 milhões (margem de 7,3% da receita líquida), acima dos R\$ 85,6 milhões (7,1% da receita líquida) no mesmo período do ano anterior.

Reconciliação do EBITDA	1T14	1T13
Lucro antes do IR e CS - LAIR	2,7	8,2
Depreciação/ Amortização Custos	3,2	2,8
Depreciação/ Amortização Despesas	2,6	3,5
Resultado Financeiro	12,4	3,4
EBITDA	20,9	17,9

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 1T14 foi de R\$ 2,1 milhões, com margem líquida de 0,6%, quando no mesmo período do ano passado o lucro líquido foi de R\$ 7,0 milhões, com margem líquida de 2,6%.

Comentário do Desempenho



ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	1T14	1T13	1T14 X 1T13 (%)	4T13	1T14 X 4T13 (%)
Curto Prazo	101,3	96,4	5,1%	106,2	-4,6%
Empréstimos e Financiamentos	101,3	96,4	5,1%	106,2	-4,6%
Longo Prazo	186,1	103,2	80,3%	183,0	1,7%
Empréstimos e Financiamentos	80,6	103,2	-21,9%	80,3	0,4%
Debêntures	105,5	-	N/A	102,7	2,7%
Total Endividamento	287,4	199,6	44,0%	289,2	-0,6%
(-) Caixa	(105,4)	(98,2)	7,3%	(100,7)	4,7%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(2,0)	(7,6)	-73,7%	(18,5)	-89,2%
Dívida Líquida	180,0	93,8	91,9%	170,0	5,9%

O endividamento líquido no 1T14 foi maior em 91,9% quando comparado com o 1T13. O crescimento deve-se principalmente ao aumento do estoque de matéria-prima frente ao cenário adverso de preços de trigo e à execução do plano de investimentos da Companhia.

Em 2013, a Companhia contratou uma nova operação de debêntures, do tipo simples não conversíveis em ações, com esforços restritos no montante total de R\$ 100,0 milhões. O valor do principal será amortizado em 07 parcelas semestrais, sendo a primeira no final do 24º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (30 de setembro de 2018).

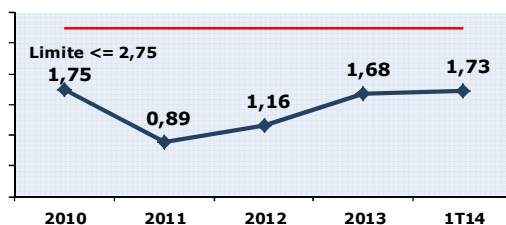
Covenants	1T14	1T13	1T14 X 1T13 (%)	4T13	1T14 X 4T13 (%)
Dívida financeira líquida/Ebitda <= 2,75	1,73	1,09	58,7%	1,68	3,0%
Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido <= 1,50	0,72	0,52	38,5%	0,73	-1,4%
Ebitda/Despesas financeiras líquidas >= 1,75	3,33	6,70	-50,3%	4,53	-26,5%

Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida, continuaram em patamares robustos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos.

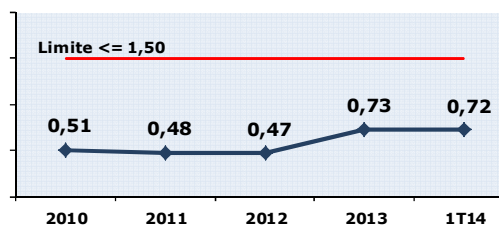
Comentário do Desempenho



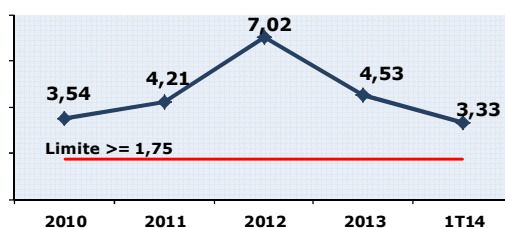
Dívida financeira líquida/Ebitda



Dívida total/Patrimônio líquido



Ebitda/Despesas financeiras líquidas



INVESTIMENTOS

No 1T14, o total de investimentos da Companhia em imobilizado para ampliação da capacidade de produção e logística somou R\$ 29,0 milhões, um aumento de 202,1% em relação aos R\$ 9,6 milhões em investimentos no 1T14.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades: Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. e Cipolin S.A. como controladas, e Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda, como controlada em conjunto.

As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Recursos Humanos

A Área de Recursos Humanos tem atuado como parceira estratégica do negócio, trabalhando soluções em gestão de pessoas que visam maximizar nosso resultado e fortalecer a cultura de alta performance.

Perspectivas

A Companhia segue consistente em seu processo de transformação e crescimento com rentabilidade na gestão de nossas categorias e de nossos canais de distribuição, com foco no atendimento ao cliente, controle eficaz da nossa política comercial e maior

Comentário do Desempenho



eficiência na logística. A reentrada da Companhia no seguimento de panificação assegura a continuidade do aumento da nossa rentabilidade.

Em 2014, ano das comemorações dos nossos 75 anos de atividades, reforçaremos a atratividade dos nossos produtos para clientes e consumidores por meio da inovação e de investimentos, potencializando a força das nossas marcas e dos mercados onde somos os melhores, criando vantagens competitivas e aumentando a lucratividade. A J. Macêdo acredita na força diferenciada de suas marcas, na expansão contínua de seu portfólio e no crescente resultado do seu nível de serviço como ferramentas eficazes para o crescimento do seu posicionamento, consolidação e conquista de liderança no mercado.

Pretendemos preservar as condições de rentabilidade nas categorias onde a J. Macêdo tem liderança. Por fim, reafirmamos a estratégia de posicionamento de nossas marcas nas categorias e canais em que atuamos.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem gerar conflito de interesse.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia e Controladas

1.1 Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões nordeste, sudeste e sul, e centros de distribuição por todo o Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As presentes informações trimestrais incluem:

- As informações trimestrais consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações trimestrais separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações trimestrais individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 31 de março de 2014 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 09 de maio de 2014.

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, quando aplicáveis, e as propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável, benefícios a empregados de curto prazo, contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da Companhia, de suas controladas e da operação controlada em conjunto em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, apresentadas abaixo a seguir:

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Razão social	País sede	% participação societária	
		31/03/2014	31/12/2013
a) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A (“Pico da Caledônia”)	Brasil	99,9	99,9
b) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
c) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

a) Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de “Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 01 ação. A Pico da Caledônia é uma empresa cujo objeto social é a industrialização de farinha e farelo de trigo e seus respectivos sucedâneos, subprodutos e resíduos de valor econômico; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios e/ou de terceiros. Seu capital social foi subscrito, em 2006, por bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

b) Cipolin (sociedade de capital fechado) - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 1985 sob a razão social de “Cipolin S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 100% do capital social da Companhia que é constituído por 459.773.063 ações. A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo, substancialmente da Argentina, para a J. Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação.

c) Tergran (sociedade de capital fechado) – A operação controlada em conjunto com as empresas Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação controlada em conjunto (joint operation). A Tergran é uma empresa de propósito específico, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detida pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das informações trimestrais consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Controladas e operação controlada em conjunto

As informações trimestrais das controladas e da operação controlada em conjunto são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas informações trimestrais individuais da controladora, os investimentos de suas controladas e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesa, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos de acordo com a participação na entidade. Uma controlada é uma empresa sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

As informações trimestrais das controladas e da operação controlada em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando ocorrer perda de controle sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das controladas no momento da perda de controle e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

A Companhia possui como operação controlada em conjunto a Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. (Tergran) e como controladas a Pico da Caledônia e a Cipolin, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

3.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

3.3.1 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do período, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

3.3.2 *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

3.4 **Tributos sobre o lucro**

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais e reconhecidos em tributos sobre o lucro.

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O Grupo, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do período de elaboração das informações trimestrais, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das informações trimestrais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das informações trimestrais e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

3.5 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida ao valor justo e registrado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando o Grupo recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos nas informações trimestrais ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na nota explicativa 24.

3.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Nos períodos findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “swap”, demonstradas na nota explicativa 31.

Instrumentos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros não derivativos somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente registrados no resultado do período.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) empréstimos e recebíveis; e (ii) passivos financeiros não derivativos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

recebíveis.

a. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

a.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. O mesmo critério é utilizado para a qualificação de um investimento como equivalente de caixa.

b. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, outras contas a pagar e obrigações com partes relacionadas.

c. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios anuais conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda.

Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, no circulante, os ativos são remensurados, pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado. Os ganhos não são reconhecidos em excesso sobre qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável.

Uma vez classificados como mantidos para venda, o imobilizado não é depreciado.

3.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos.

3.9 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

A Companhia optou por reavaliar os terrenos, edificações/ instalações, máquinas e equipamentos, pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado, tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

A movimentação do período findo em 31 de março de 2014 corresponde à depreciação da mais valia e às baixas.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado, conforme apresentado na nota explicativa 15.

3.10 Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato o Grupo define se ele é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos são registrados como encargos financeiros e redução de passivo resultando na obtenção de taxa de juros constante que é aplicada sobre o saldo remanescente desse passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.11 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.12 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Na data de cada informação trimestral, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.14 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas informações trimestrais, líquida de qualquer reembolso.

3.15 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.16 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

3.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa média de juros implícita, nos contratos com respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.18 Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média de ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor no exercício apresentado, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

3.19 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, mistura para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermento. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.20 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou as demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4 Reclassificações

4.1 Demonstração do resultado do exercício

Em 2013, com a finalidade de adequar a apresentação da receita líquida ao disposto no CPC 30 (R1) – Receitas, foi efetuada a reclassificação da despesa com verbas diretas, classificadas em despesas com vendas, para dedução da receita bruta, em abatimentos.

Segue quadro referente ao período findo em 31 de março de 2013 para efeito de comparabilidade.

	31/03/2013					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual
Receita bruta de vendas	304.962	-	304.962	304.962	-	304.962
(-) Impostos	(24.819)	-	(24.819)	(24.839)	-	(24.839)
(-) Devoluções	(2.930)	-	(2.930)	(2.930)	-	(2.930)
(-) Abatimentos	(770)	(5.357)	(6.127)	(770)	(5.357)	(6.127)
Receita líquida de vendas	276.443	(5.357)	271.086	276.423	(5.357)	271.066
Despesas com vendas	(55.484)	5.357	(50.127)	(55.484)	5.357	(50.127)

5 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	7.423	10.079	12.466	18.728
Aplicações financeiras	80.461	59.570	92.892	81.930
	<u>87.884</u>	<u>69.649</u>	<u>105.358</u>	<u>100.658</u>

As aplicações financeiras em renda fixa se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,75% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2013: 100,74%) e estão destinadas à negociação imediata e disponíveis para utilização imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

A Controlada Cipolin S.A. mantém seus recursos aplicados no Banco Safra – NY, em certificados de depósitos com correção de 0,25% a.a., com prazo de 6 meses, no valor total de US\$ 5,3 milhões, e próximo vencimento para 14/08/2014.

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Cientes no país	139.847	150.277	140.155	150.406
Desconto de verbas contratuais	(9.903)	(8.596)	(9.903)	(8.596)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.903)	(1.320)	(1.903)	(1.320)
	<u>128.041</u>	<u>140.361</u>	<u>128.349</u>	<u>140.490</u>

Os descontos de verbas contratuais representam descontos condicionais que serão concedidos em função da data de pagamento da fatura.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Prazo:				
Valores a vencer:	130.606	142.548	130.914	142.677
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	5.910	5.666	5.910	5.666
de 31 a 60 dias	674	548	674	548
de 61 a 90 dias	476	162	476	162
Acima de 90 dias	2.181	1.353	2.181	1.353
	<u>139.847</u>	<u>150.277</u>	<u>140.155</u>	<u>150.406</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para os períodos findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está assim representada:

	Controladora e consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(1.320)	(1.934)
Constituição de provisão	(583)	(1.520)
Reversões e baixas	-	2.134
Saldo final	<u>(1.903)</u>	<u>(1.320)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Na nota explicativa 31.2.2 está demonstrado o montante de contas a receber por tipo de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Produtos acabados	46.946	39.716	46.946	39.716
Matérias primas	64.849	68.575	64.849	68.575
Materiais de produção	21.407	19.783	21.407	19.783
Materiais de manutenção e outros	5.268	4.963	5.291	4.986
Produtos em processo	2.324	1.501	2.324	1.501
Adiantamentos para compra de matéria prima (a)	36.615	42.999	22.402	12.218
	<u>177.409</u>	<u>177.537</u>	<u>163.219</u>	<u>146.779</u>

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de março de 2014, o montante de adiantamentos com a controlada Cipolin foi de R\$14.213.

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matéria prima e materiais de manutenção. Segue abaixo a movimentação para os períodos findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	Controladora e consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(3.747)	(1.815)
Adições	(3.121)	(13.732)
Reversões	2.911	11.800
Saldo final	<u>(3.957)</u>	<u>(3.747)</u>

8 Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora					
	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	11.552	4.143	15.695	11.996	4.143	16.139
ICMS a apropriar (b)	25.213	2.012	27.225	23.576	2.012	25.588
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	518	3.442	3.960	463	2.526	2.989
Imposto de renda a compensar	2.819	-	2.819	4.382	-	4.382
Contribuição social a compensar	1.145	-	1.145	1.118	-	1.118
PIS a compensar (c)	2.892	761	3.653	2.424	502	2.926
COFINS a compensar (c)	12.189	3.507	15.696	10.379	2.331	12.710
Outros impostos e contribuições	582	-	582	641	-	641
	<u>56.910</u>	<u>13.865</u>	<u>70.775</u>	<u>54.979</u>	<u>11.514</u>	<u>66.493</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

	Consolidado					
	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	11.552	4.143	15.695	11.996	4.143	16.139
ICMS a apropriar (b)	25.213	2.012	27.225	23.576	2.012	25.588
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	518	3.442	3.960	463	2.526	2.989
Imposto de renda a compensar	2.860	-	2.860	4.420	-	4.420
Contribuição social a compensar	1.145	-	1.145	1.118	-	1.118
PIS a compensar (c)	2.892	761	3.653	2.424	502	2.926
COFINS a compensar (c)	12.189	3.507	15.696	10.379	2.331	12.710
Outros impostos e contribuições	582	-	582	641	-	641
	<u>56.951</u>	<u>13.865</u>	<u>70.816</u>	<u>55.017</u>	<u>11.514</u>	<u>66.531</u>

Os impostos e contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Refere-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária;
- (b) Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS substituição tributária que serão apropriados no momento da venda; e
- (c) Crédito decorrente de pagamentos a maior e sobre aquisição de insumos.

9 Ativos não circulante mantidos para venda

Em 31 de março de 2014 o saldo total de ativos mantidos para a venda foi de R\$3.693 (R\$3.693 em 31 de dezembro de 2013).

Os ativos mantidos para venda correspondem ao imóvel situado em João Pessoa, no montante de R\$850, e aos ativos da Unidade de Cabedelo, cuja operação foi paralisada, transferidos do ativo imobilizado, pelo valor contábil até então registrado, ou seja, ao custo deduzido da depreciação, no total de R\$2.843.

Durante o ano de 2013, as condições de mercado que existiam na data da reclassificação declinaram e a operação de venda não foi efetivada até o final deste exercício, mesmo a Companhia reforçando o interesse para a venda e reduzindo o preço do ativo.

Desta maneira, a Companhia mantém o ativo como mantido para a venda e considera razoável o preço solicitado, compatível com as mudanças ocorridas nas condições de mercado.

Nos períodos apresentados, não há perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

10 Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas

Companhias	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
<u>Ativo circulante</u> - Empréstimos a receber				
Cipolin S.A. (a)	-	-	2.149	2.213
<u>Ativo não circulante</u> - Empréstimos a receber				
J. Macêdo Alimentos S.A.	298	16	298	16
	<u>298</u>	<u>16</u>	<u>2.447</u>	<u>2.229</u>
<u>Passivo circulante</u> - Empréstimos a pagar				
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	6.158	5.599	-	-
Tergran	1.200	1.200	-	-
	<u>7.358</u>	<u>6.799</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Empréstimos e recebíveis entre Cipolin e J. Macêdo Alimentos S.A..

11 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo.

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

J.Macêdo Alimentos S.A.

J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

MAC-DO Administração e Participações S.A.

BDM Participações Ltda.

Operações controladas em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na nota explicativa 3.1..

Empresas controladas

Pico da Caledônia. - Companhia controlada, constituída em 2004, conforme nota explicativa 3.1.

CIPOLIN S.A. - Companhia controlada, adquirida de sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A., conforme nota explicativa 3.1.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na nota explicativa 3.1.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J. Macêdo, e sobre estes valores não incide qualquer encargo financeiro.

O quadro a seguir apresenta o valor total das transações realizadas, com efeito no resultado, com as partes relacionadas nos períodos em questão:

Companhias	Aquisição de materiais e serviços			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Cipolin S.A (1)	12.297	50.532	-	50.532
Pico da Caledônia (2)	467	474	-	-
Tergran	451	-	-	-
	<u>13.215</u>	<u>51.006</u>	<u>-</u>	<u>50.532</u>

- (1) Importação de trigo da Argentina, Uruguai e Paraguai, a preço de mercado. Essas operações são liquidadas à vista ou com prazo inferior a noventa dias. A Companhia possui adiantamentos para compra de trigo conforme apresentado na nota explicativa nº 7.
- (2) Receitas financeiras de arrendamento e juros sobre arrendamento.

A Companhia, em 31 de março de 2014, possui dividendos a receber de sua controlada Pico da Caledônia, no total de R\$377 (31 de dezembro de 2013: R\$377).

Contratos de arrendamento

- I.** Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge. Com o final da aliança, o contrato de arrendamento será eliminado com a incorporação desta controlada até o final de 2014. O saldo de arrendamento mercantil financeiro em 31 de março de 2014 é de R\$11.914 (31 de dezembro de 2013: R\$12.006), registrado no passivo circulante da Companhia; e
- II.** Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná, foi rescindido em dezembro de 2013 com a aquisição da unidade pela J. Macêdo S.A..

Existem transações de arrendamento mercantil entre partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa 15.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$1.083 (R\$13.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. Em 31 de março de 2014, as despesas com honorários da Administração foram de R\$1.670 (31 de março de 2013: R\$1.541). A provisão para participação nos resultados está demonstrada na nota explicativa 28.

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por aval, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, no que concerne a garantias, receberam avais da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., representando em 31 de março de 2014, 49,75% (31 de dezembro de 2013: 48,19%) do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados nas notas explicativas 20 e 21.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	17.568	17.768	17.568	17.768
Diferenças temporárias:				
Provisão para perda ao valor recuperável	529	367	529	367
Provisão para perdas com estoques	1.101	1.042	1.101	1.042
Provisão para contingências	2.392	2.293	2.392	2.293
Programa de participação nos resultados	1.046	3.329	1.046	3.329
Perda operação "swap"	12.550	10.139	12.550	10.139
Outras provisões	1.204	469	1.204	469
Total diferido ativo	36.390	35.407	36.390	35.407
Ágio Chiarini	(1.631)	(1.542)	(1.631)	(1.542)
Ganho operação "swap"	(14.891)	(14.891)	(14.891)	(14.891)
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.853)	(9.889)	(12.294)	(12.330)
Valor justo propriedades para investimentos	(15.838)	(15.838)	(15.838)	(15.838)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(1.233)	(707)	(1.233)	(707)
Diferença depreciação fiscal	(2.180)	(1.774)	(2.180)	(1.774)
Total diferido passivo	(45.626)	(44.641)	(48.067)	(47.082)
Total de imposto diferido líquido	(9.236)	(9.234)	(11.677)	(11.675)

Reconciliação do diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Saldo inicial	(9.234)	(3.321)	(11.675)	(5.762)
Constituição/Realização	(1.227)	(1.604)	(1.227)	(1.604)
Compensação lucro real	(201)	1.412	(201)	1.412
Perda operação "swap"	2.411	7.356	2.411	7.356
Total da movimentação diferido ativo	983	7.164	983	7.164
Realização de ajuste avaliação patrimonial	-	147	-	147
Ganho operação "swap"	-	(9.266)	-	(9.266)
Ágio Chiarini	(89)	(356)	(89)	(356)
Diferença depreciação fiscal	(408)	(1.772)	(408)	(1.772)

Notas Explicativas*J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

Juros sobre empréstimos capitalizados	(524)	(707)	(524)	(707)
Valor justo propriedade para investimentos	36	(1.123)	36	(1.123)
Total da movimentação diferido passivo	(985)	(13.077)	(985)	(13.077)
	(9.236)	(9.234)	(11.677)	(11.675)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Corrente				
Imposto de renda	(384)	(662)	(423)	(717)
Contribuição social	(152)	(287)	(168)	(287)
	(536)	(949)	(591)	(1.004)
Diferidos				
Imposto de renda	34	(145)	34	(145)
Contribuição social	(37)	(55)	(37)	(55)
	(3)	(200)	(3)	(200)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(539)	(1.149)	(594)	(1.204)

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	2.614	8.158	2.669	8.613
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	889	2.774	907	2.928
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	573	490	573	490
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	5.581	1.774	5.581	1.774
Adições temporárias				
Provisões temporárias	3.057	2.745	3.057	2.745
IR e CS diferida sobre adições temporárias				
Outros itens	(3)	-	(3)	-
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(1.305)	(924)	(1.305)	(924)
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	(4.773)	(3.050)	(4.773)	(3.050)
Ganho de incentivos fiscais	(3.125)	(2.096)	(3.125)	(2.096)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(245)	(465)	(245)	(465)
Outros	(110)	(99)	(73)	(198)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	539	1.149	594	1.204
Alíquota efetiva	20,61%	14,08%	22,27%	13,98%

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

13 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Participações em empresas controladas e controlada em conjunto	27.875	30.846	-	-
Ágio (nota explicativa 16)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	<u>34.338</u>	<u>37.309</u>	<u>64</u>	<u>64</u>

	31/03/2014			31/12/2013		
	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin
Informações sobre as controladas:						
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	459.773.063	2.193.000	999	459.773.063
Participação no capital total e votante:	33,33%	99,90%	100,00%	33,33%	99,90%	100,00%
Ativo circulante	5.802	12.118	19.730	5.815	12.280	34.141
Ativo não circulante	4.251	15.648	-	4.393	15.089	-
Total de ativos	<u>10.053</u>	<u>27.766</u>	<u>19.730</u>	<u>10.208</u>	<u>27.369</u>	<u>34.141</u>
Passivo circulante	540	441	21.003	953	441	30.842
Passivo não circulante	465	2.441	-	-	2.441	-
Total de passivos	<u>1.005</u>	<u>2.882</u>	<u>21.003</u>	<u>953</u>	<u>2.882</u>	<u>30.842</u>
Capital social	9.204	18.389	10.576	9.204	18.389	10.656
Patrimônio líquido	9.048	24.884	(1.273)	9.255	24.487	3.299
Lucro líquido (prejuízo) do período	(207)	397	(4.632)	788	1.590	394

	31/03/2014			31/12/2013	
	Tergran	Pico da Caledônia	Cipolin	Total	Total
Movimentação dos investimentos					
Saldo inicial	3.085	24.462	3.299	30.846	27.590
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(1.517)
Dividendos a receber	-	-	-	-	(377)
Equivalência patrimonial	(69)	397	(4.633)	(4.305)	2.245
Aquisição de controlada	-	-	-	-	2.850
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	61	61	55
Provisão para perda com investimentos	-	-	1.273	1.273	-
Saldo final	<u>3.016</u>	<u>24.859</u>	<u>-</u>	<u>27.875</u>	<u>30.846</u>

Provisão para perdas com investimentos

No período findo em 31 de março de 2014, a controlada Cipolin S.A. apurou prejuízo contábil no montante de R\$4.632, possibilitando o registro de provisão para perdas com investimentos pela Companhia controladora.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

14 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes sediados no estado do Ceará, em 31 de dezembro de 2013.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com a NBR 14653-2.

Os imóveis registrados como propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Saldo inicial	63.984	60.682
Ganho líquido de ajuste a valor justo	-	3.302
Saldo final	<u>63.984</u>	<u>63.984</u>

A Companhia realiza anualmente, no mês de dezembro, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento.

15 Imobilizado

15.1 Controladora

15.1.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	<u>31/03/2014</u>			<u>31/12/2013</u>		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	17.913	-	17.913	17.913	-	17.913
Edificações e outros imóveis	3,20	162.120	(76.603)	85.517	161.127	(75.553)	85.574
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	206.510	(102.209)	104.301	204.035	(99.623)	104.412
Instalações	10,23	15.217	(5.534)	9.683	13.576	(5.188)	8.388
Móveis e utensílios	10,00	8.318	(5.581)	2.737	8.173	(5.488)	2.685
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.578	(6.158)	1.420	7.563	(6.026)	1.537
Veículos	16,91	7.706	(2.178)	5.528	7.632	(1.879)	5.753
Outros	18,16	5.451	(2.503)	2.948	5.346	(2.345)	3.001
		<u>430.813</u>	<u>(200.766)</u>	<u>230.047</u>	<u>425.365</u>	<u>(196.102)</u>	<u>229.263</u>
Imobilizado em andamento	-	59.249	-	59.249	41.810	-	41.810
Adiantamento a fornecedores	-	10.732	-	10.732	6.833	-	6.833
		<u>500.794</u>	<u>(200.766)</u>	<u>300.028</u>	<u>474.008</u>	<u>(196.102)</u>	<u>277.906</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

15.1.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2013	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/03/2014
Terrenos	17.913	-	-	-	-	17.913
Edificações e outros imóveis	85.574	43	-	951	(1.051)	85.517
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	104.412	2.048	(36)	667	(2.790)	104.301
Instalações	8.388	1.576	-	64	(345)	9.683
Móveis e utensílios	2.684	167	(4)	-	(110)	2.737
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.537	26	-	-	(143)	1.420
Veículos	5.752	74	-	-	(298)	5.528
Outros	3.003	269	(49)	-	(275)	2.948
Imobilizado em andamento	41.810	19.121	-	(1.682)	-	59.249
Adiantamento a fornecedores	6.833	5.651	(1.752)	-	-	10.732
	<u>277.906</u>	<u>28.975</u>	<u>(1.841)</u>	<u>-</u>	<u>(5.012)</u>	<u>300.028</u>

15.2 Consolidado

15.2.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	31/03/2014			31/12/2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.403	-	27.403	27.403	-	27.403
Edificações e outros imóveis	3,20	164.886	(78.345)	86.541	163.892	(77.272)	86.620
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	208.890	(104.231)	104.659	206.414	(101.623)	104.791
Instalações	10,23	15.512	(5.830)	9.682	13.871	(5.483)	8.388
Móveis e utensílios	10,00	8.379	(5.609)	2.770	8.234	(5.516)	2.718
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.686	(6.262)	1.424	7.671	(6.130)	1.541
Veículos	16,91	7.706	(2.178)	5.528	7.632	(1.879)	5.753
Outros	18,16	5.452	(2.505)	2.947	5.347	(2.344)	3.003
		<u>445.914</u>	<u>(204.960)</u>	<u>240.954</u>	<u>440.464</u>	<u>(200.247)</u>	<u>240.217</u>
Imobilizado em andamento	-	59.249	-	59.249	41.810	-	41.810
Adiantamento a fornecedores	-	10.732	-	10.732	6.833	-	6.833
		<u>515.895</u>	<u>(204.960)</u>	<u>310.935</u>	<u>489.107</u>	<u>(200.247)</u>	<u>288.860</u>

15.2.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2013	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/03/2014
Terrenos	27.403	-	-	-	-	27.403
Edificações e outros imóveis	86.620	43	-	951	(1.073)	86.541
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	104.791	2.048	(36)	667	(2.811)	104.659
Instalações	8.388	1.576	-	64	(346)	9.682
Móveis e utensílios	2.718	167	(4)	-	(111)	2.770
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	1.541	26	-	-	(143)	1.424
Veículos	5.753	74	-	-	(299)	5.528
Outros	3.003	269	(49)	-	(276)	2.947
Imobilizado em andamento	41.810	19.121	-	(1.682)	-	59.249
Adiantamento a fornecedores	6.833	5.651	(1.752)	-	-	10.732
	<u>288.860</u>	<u>28.975</u>	<u>(1.841)</u>	<u>-</u>	<u>(5.059)</u>	<u>310.935</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de março de 2014 foi de R\$1.638 (31 de dezembro de 2013: R\$2.788). A taxa média utilizada para capitalização foi de 10,19% a.a. (31 de dezembro de 2013: 9,53% a.a.).

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

15.3 Composição da depreciação e amortização

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Depreciação	(4.942)	(4.420)	(3.129)	(4.420)
Despesa com amortização	-	(1.828)	(1.828)	(1.828)
Depreciação do custo atribuído	(70)	(71)	(71)	(71)
Depreciação/amortização no período	<u>(5.012)</u>	<u>(6.319)</u>	<u>(5.028)</u>	<u>(6.319)</u>

A Companhia, em 31 de março de 2014, registrou a depreciação e amortização sobre os bens não produtivos na despesa administrativa em R\$2.620 (31 de março de 2013: R\$3.452). No consolidado, o montante foi de R\$2.620 (31 de março de 2013: R\$3.452).

15.4 Ativos concedidos em garantias

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentado abaixo:

Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Máquinas e equipamentos	67.041	67.464
Edificações	52.856	52.751
Instalações	6.053	5.186
Móveis e utensílios	1.519	1.518
Terrenos	13.240	13.240
Imobilizado em andamento	51.103	34.265
Outros	1.921	2.061
	<u>193.733</u>	<u>176.485</u>

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM e FINAME do BNDES e a processos tributários.

15.5 Arrendamentos mercantis financeiros

O Grupo possui contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos financeiros.

O Grupo estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis.

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

15.5.1 Ativo imobilizado (“Propriedades com arrendamento mercantil”)

Tipo	Prazo do contrato (anos)	31/03/2014			31/12/2013		
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos industriais:	21 e 22						
Custo original		45.310	(36.027)	9.283	45.310	(35.865)	9.445
Complemento:							
Custo atribuído	-	19.191	(3.640)	15.551	19.191	(3.467)	15.724
		<u>64.501</u>	<u>(39.667)</u>	<u>24.834</u>	<u>64.501</u>	<u>(39.332)</u>	<u>25.169</u>

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

15.5.2 Obrigações do arrendamento mercantil

Os aluguéis mínimos serão pagos em 2014. O valor presente dos pagamentos mínimos em 31 de março de 2014 foi de R\$11.914 (31 de março de 2013: R\$12.273).

15.5.3 Contas de resultado

Em 31 de março de 2014, a Companhia registrou no resultado como despesa de depreciação dos bens arrendados o total de R\$162 (31 de março de 2013: R\$162), e como despesas de juros com arrendamento financeiro o total de R\$353 (31 de março de 2013: R\$360). O montante de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$446 (31 de março de 2013: R\$446).

16 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Total
Vida útil				
Custo:				
Em 31 de dezembro de 2013	45.478	6.399	45.478	51.877
Adições	316	-	316	316
Baixas	(722)	-	(722)	(722)
Em 31 de março de 2014	<u>45.072</u>	<u>6.399</u>	<u>45.072</u>	<u>51.471</u>
Amortização:				
Em 31 de dezembro de 2013	(36.509)	-	(36.509)	(36.509)
Baixas	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	<u>(36.509)</u>	<u>-</u>	<u>(36.509)</u>	<u>(36.509)</u>
Valor contábil líquido:				
Em 31 de março de 2014	8.563	6.399	8.563	14.962
Em 31 de dezembro de 2013	<u>8.969</u>	<u>6.399</u>	<u>8.969</u>	<u>15.368</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

- a) O saldo remanescente de R\$6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo realizou o teste de valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição da fábrica Chiarini e, como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.
- b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Nacionais	53.094	66.583	53.115	66.611
Estrangeiros	48.618	89	48.620	89
	<u>101.712</u>	<u>66.672</u>	<u>101.735</u>	<u>66.700</u>

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 7 e 60 dias, não havendo títulos vencidos.

18 Tributos a recolher

	Controladora					
	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	10.005	-	10.005	12.457	-	12.457
REFIS IV (a)	3.220	6.267	9.487	1.829	8.049	9.878
INSS retido	497	-	497	664	-	664
ISS retido	414	-	414	2.300	-	2.300
Outros	663	-	663	11	-	11
	<u>14.799</u>	<u>6.267</u>	<u>21.066</u>	<u>17.261</u>	<u>8.049</u>	<u>25.310</u>

	Consolidado					
	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	10.005	-	10.005	12.457	-	12.457
REFIS IV (a)	3.220	6.267	9.487	1.829	8.049	9.878
INSS retido	497	-	497	664	-	664
ISS retido	414	-	414	2.300	-	2.300
Outros	698	-	698	35	-	35
	<u>14.834</u>	<u>6.267</u>	<u>21.101</u>	<u>17.285</u>	<u>8.049</u>	<u>25.334</u>

(a) REFIS - Programa de Recuperação Fiscal

Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que veio permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J. Macêdo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

Em 29 de junho de 2011, a Receita Federal consolidou a dívida da Companhia, totalizando R\$57.966, que, após a redução legal de R\$14.302 e compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, no montante de R\$20.621, resultou numa dívida líquida de R\$19.348.

Em 23 de dezembro de 2013, a J. Macêdo S.A incluiu novos débitos no Refis por meio da Lei 12.865/13, que reabriu, até 31 de dezembro de 2013, o prazo para opção pelo pagamento à vista ou parcelamento, em até 180 prestações, mensais e sucessivas, de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Com a adesão à reabertura, a Companhia incluiu uma dívida de R\$6.578, que, após a redução legal de R\$1.545 e compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, no montante de R\$1.913, resultou numa dívida líquida de R\$3.120.

O saldo atualizado da dívida em 31 de março de 2014 é de R\$20.903 (31 de dezembro de 2013: R\$21.294) que deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de correspondentes depósitos judiciais, no valor de R\$11.416 (31 de dezembro de 2013: R\$11.416), reduzindo esta obrigação para R\$9.487 (31 de dezembro de 2013: R\$9.878).

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
2015	1.874	1.829
2016	1.874	1.829
A partir de 2017	2.519	4.391
	<u>6.267</u>	<u>8.049</u>

19 Financiamento de impostos - PROVIN

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme nota explicativa 24. O financiamento classificado nesta nota explicativa é referente à parcela não incentivada dos tributos e está baseado no ICMS devido apurado mensalmente.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo de financiamentos apresentavam a seguinte composição:

Moeda nacional	Data de vencimento	Controladora e Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013
Diferimento de ICMS (PROVIN)	31/03/2016	4.834	4.665
Circulante		<u>(1.741)</u>	<u>(2.015)</u>
Não circulante		<u>3.093</u>	<u>2.650</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O financiamento do PROVIN está garantido por notas promissórias.

20 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a)	Controladora e Consolidado	
			31/03/2014	31/12/2013
FINAME (2)	Pré-fixado	3% a 5,5%	6.556	1.417
FINEM BNDES (2)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,5%	57.089	61.096
Crédito rural	Pré-fixado	5,50%	1.848	535
Moeda estrangeira – US\$				
Capital de giro (1) e (3)	Pré-fixado e moeda	1,75% a 3,30%	112.567	122.272
Imobilizado (1) e (3)	Pré-fixado e moeda	2,24% a 2,38%	3.846	1.166
			<u>181.906</u>	<u>186.486</u>
Circulante			<u>(101.285)</u>	<u>(106.204)</u>
Não circulante			<u>80.621</u>	<u>80.282</u>

- (1) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (3) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme nota explicativa 31.2.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
2015	45.216	48.757
2016	13.342	12.229
2017	13.344	12.231
A partir de 2018	8.719	7.065
	<u>80.621</u>	<u>80.282</u>

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais foram adequadamente cumpridos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Transações que não envolvem caixa

No trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e equivalentes a caixa, e que, portanto, não estão

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período. O montante destas transações foi de R\$1.803.

21 Debêntures (controladora e consolidado)

Em 2013 foi aprovada a 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, com data de emissão de 30 de setembro de 2013, prazo de vencimento de 05 anos, no montante total de R\$100.000.

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, em série única, com garantia fidejussória e não contarão com garantia real, sendo distribuídas sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

O valor do principal será amortizado em 07 parcelas semestrais, sendo a primeira no final do 24º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (30 de setembro de 2018).

Características da oferta

Debêntures	2ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

Em 31 de março de 2014 o valor provisionado de juros foi R\$5.487 (31 de dezembro de 2013: R\$2.670). As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
2015	19.767	16.950
2016	28.560	28.560
2017	28.560	28.560
A partir de 2018	28.600	28.600
	<u>105.487</u>	<u>102.670</u>

22 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais (a)	198	4.657	198	4.657
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (b)	6.988	7.326	6.988	7.326
Provisões operacionais	1.808	2.436	1.808	2.436
Comissões a representantes	533	526	533	526
Outros	3.865	3.892	3.943	3.986
	<u>13.392</u>	<u>18.837</u>	<u>13.470</u>	<u>18.931</u>
Circulante	(7.162)	(12.351)	(7.240)	(12.445)
Não circulante	<u>6.230</u>	<u>6.486</u>	<u>6.230</u>	<u>6.486</u>

a) Adiantamentos decorrentes da compra de trigo por conta e ordem da Bunge.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

- b) Saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 05 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
2015	2.196	2.148
2016	1.555	2.024
A partir de 2017	2.479	2.314
	<u>6.230</u>	<u>6.486</u>

23 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora			
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.832</u>	<u>5.110</u>	<u>820</u>	<u>7.762</u>
Provisões	-	2.260	795	3.055
Reversão de provisões	(400)	(746)	(637)	(1.783)
Pagamentos/depósitos	-	(1.501)	(22)	(1.523)
Encargos financeiros	126	546	62	734
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>1.558</u>	<u>5.669</u>	<u>1.018</u>	<u>8.245</u>
Provisões	-	1.217	243	1.460
Reversão de provisões	-	(287)	(77)	(364)
Pagamentos/depósitos	-	(972)	-	(972)
Encargos financeiros	41	160	32	233
Saldo em 31 de março de 2014	<u>1.599</u>	<u>5.787</u>	<u>1.216</u>	<u>8.602</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

	Consolidado			
	Tributária	Trabalhista	Cível (c)	Saldo líquido
	(a)	(b)		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.832	5.110	820	7.762
Provisões	28	2.386	795	3.209
Reversão de provisões	(400)	(746)	(637)	(1.783)
Pagamentos/depósitos	-	(1.501)	(22)	(1.523)
Encargos financeiros	126	546	62	734
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.586	5.795	1.018	8.399
Provisões	-	1.237	243	1.480
Reversão de provisões	(19)	(287)	(77)	(383)
Pagamentos/depósitos	-	(972)	-	(972)
Encargos financeiros	41	160	32	233
Saldo em 31 de março de 2014	1.608	5.933	1.216	8.757

(a) Tributárias

Em 31 de março de 2014, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$241.236. (31 de dezembro de 2013: R\$233.653). O total destas contingências é constituído por R\$131.913 (31 de dezembro de 2013: R\$128.091) relativo a tributos federais; R\$108.688 (31 de dezembro de 2013: R\$104.939) relativo a impostos estaduais e R\$635 (31 de dezembro de 2013: R\$623) relativo a tributos municipais. As provisões que possuem bens como garantias não possuem valor relevante.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 31 de março de 2014, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$26.243 (31 de dezembro de 2013: R\$27.683).

Em 31 de março de 2014, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$6.715 (31 de dezembro de 2013: R\$6.812). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

(c) Cíveis e administrativas

Em 31 de março de 2014, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$8.314 (31 de dezembro de 2013: R\$7.883).

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como réu envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo, entre outros, a ações de representantes comerciais e ações de cobranças fundadas em motivos variados.

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

	Controladora e consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Tributária	148.539	142.753
Trabalhista	15.382	16.068
Cível	6.494	6.279
	<u>170.415</u>	<u>165.100</u>

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

I) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$23.609, lavrado contra a Companhia em 25.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Autor: Estado de São Paulo

I) Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$24.436, lavrado contra a Companhia em 21.11.1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.

II) Auto de Infração no valor de R\$16.472, lavrado contra a Companhia em 18.10.2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Aguarda-se julgamento de Recurso Especial pelo TIT/SP.

Autor: J. Macêdo

I) Ação anulatória contra auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27.03.2006, no valor de R\$22.548 por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento deste imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

24 Subvenções governamentais (Controladora)

No exercício findo em 31 de março de 2014, a Companhia fez jus a R\$9.105 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2013: R\$35.686).

Com relação às subvenções federais, em 31 de março de 2014 a Companhia não possuiu base para cálculo do lucro da exploração. O mesmo ocorreu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

24.1 ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5%, por 05 (cinco) anos, desde o ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do período, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27.06.1963, Decreto 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Administração está pleiteando a renovação deste benefício junto à SUDENE.

24.2 PROVIN (Estado do Ceará)

A unidade de Fortaleza é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela diferida, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do período, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

24.3 DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009 e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

24.4 PRODESIN (Estado de Alagoas)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas ("PRODESIN"), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

24.5 TARE (Estado da Paraíba)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – TARE nº 2013.000086.

O benefício consiste na utilização de crédito presumido do ICMS de 27,27% do valor integral do imposto devido ao estado da Paraíba nas operações de aquisições por transferências de outros estabelecimentos pertencentes ao Grupo, localizadas nos estados signatários do Protocolo ICMS 46/00, de farinha de trigo e mistura de farinha de trigo, para posterior remessa para industrialização de macarrão.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 12 (doze) anos, contados a partir de 1º de dezembro de 2013, na forma prevista na Lei 7.980/2001, regulamentada pelo Decreto 8.205/2002 e suas alterações.

25 Patrimônio líquido (Controladora)

25.1 Capital social

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	31/03/2014	31/12/2013
Capital social - Em Reais mil	<u>197.873</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u><u>21.832.197</u></u>	<u><u>21.832.197</u></u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais classe "A" possuem os mesmos direitos das ações ordinárias.

As ações preferenciais Classe "B", foram subscritas com recursos do "Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR", e a elas é assegurada participação integral nos resultados e farão jus as seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais não terão direito de voto. Todavia adquirirão tal direito caso a Companhia, por mais de três períodos, não distribuir dividendos fixos a quem tem de direito.

25.2 Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembleia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

25.3 Reserva de capital/ lucros - Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais é registrado na conta de Reserva de Lucros.

25.4 Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na nota explicativa 24.

25.5 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre o custo atribuído contabilizado por sua controlada Pico da Caledônia.

25.6 Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

25.7 Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

26 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receita bruta de vendas	390.982	304.962	398.299	304.962
(-) Impostos	(39.146)	(25.562)	(39.272)	(25.582)
(-) Devoluções	(6.418)	(2.957)	(6.418)	(2.957)
(-) Abatimentos	(7.034)	(5.357)	(7.034)	(5.357)
	<u>338.384</u>	<u>271.086</u>	<u>345.575</u>	<u>271.066</u>

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

27 Custos e despesas operacionais

Abaixo, seguem aberturas das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos por natureza e por função.

27.1 Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Matérias-primas	(172.932)	(121.848)	(172.932)	(121.848)
Embalagens	(21.079)	(15.706)	(21.079)	(15.706)
Pessoal	(41.219)	(37.420)	(41.219)	(37.420)
Fretes e carretos	(22.470)	(16.899)	(22.470)	(16.899)
Serviços de terceiros	(31.846)	(29.947)	(31.846)	(29.947)
Depreciação e amortização	(5.844)	(6.220)	(5.860)	(6.220)
Impostos, taxas e multas	(1.896)	(1.273)	(1.896)	(1.273)
Despesas com viagens	(1.973)	(1.412)	(1.973)	(1.412)
Energia elétrica, água e esgoto	(697)	(878)	(697)	(878)
Outros	(23.467)	(25.392)	(28.088)	(25.279)
	<u>(323.423)</u>	<u>(256.995)</u>	<u>(328.060)</u>	<u>(256.882)</u>

27.2 Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Custos dos produtos vendidos	(233.246)	(175.724)	(237.749)	(175.610)
Despesas com vendas	(62.231)	(50.127)	(62.231)	(50.127)
Despesas gerais e administrativas (a)	(27.946)	(31.144)	(28.080)	(31.145)
	<u>(323.423)</u>	<u>(256.995)</u>	<u>(328.060)</u>	<u>(256.882)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

27.3 Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamentos dos centros de distribuição (CD) e veículos classificados como arrendamentos operacionais possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

Vencimento	Pagamentos mínimos	
	31/03/2014	31/12/2013
Até um ano	7.992	7.818
Mais de um ano e até cinco anos	7.423	8.799
	<u>15.415</u>	<u>16.617</u>

Não há vencimentos previstos para mais de cinco anos. Estes contratos não apresentam opções de compra e tampouco transferência de posse ao final do seu prazo contratual.

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no período findo em 31 de março de 2014 foi registrado em Despesas com aluguéis - Despesas gerais e corresponderam ao montante de R\$2.078 (31 de março de 2013: R\$3.097).

28 Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Ordenados e salários	(16.000)	(14.482)	(16.020)	(14.482)
Custos de previdência social	(3.821)	(4.964)	(3.825)	(4.964)
Participação nos resultados	(2.500)	(2.500)	(2.500)	(2.500)
	<u>(22.321)</u>	<u>(21.946)</u>	<u>(22.345)</u>	<u>(21.946)</u>

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada período.

29 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora e consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
Venda de ativos	(74)	107
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	(327)	(1.682)
Contingências líquidas	(1.086)	196
Provisão para redução ao valor recuperável	(583)	(160)
Outras despesas líquidas	(422)	(980)
	<u>(2.492)</u>	<u>(2.519)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.589)	(3.321)	(2.589)	(3.321)
Outras despesas de juros	(1.358)	(1.671)	(1.000)	(1.309)
Variações monetárias e cambiais passivas	(4.939)	(274)	(4.939)	(274)
Tarifas bancárias	(307)	(235)	(312)	(235)
Ajuste a valor de mercado	(8.624)	(293)	(17.817)	(293)
Outras despesas financeiras	(296)	(502)	(298)	(502)
Despesas financeiras	(18.113)	(6.296)	(26.955)	(5.934)
Rendimentos de aplicações financeiras	1.412	950	1.439	950
Outras receitas de juros	171	1.053	184	1.053
Descontos obtidos	515	173	515	173
Variações monetárias e cambiais ativas	8.718	295	8.718	295
Ajuste a valor de mercado	1.676	-	3.674	-
Outras receitas financeiras	71	24	71	24
Receitas financeiras	12.563	2.495	14.601	2.495
Despesas financeiras líquidas	(5.550)	(3.801)	(12.354)	(3.439)

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

31.1 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

31.1.1 Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas informações trimestrais aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	87.884	69.649	87.884	69.649
Contas a receber	128.041	140.361	128.041	140.361
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	298	16	298	16
<u>Ativos financeiros derivativos</u>				
Operação de "swap"	8.492	16.874	8.492	16.874
	<u>224.715</u>	<u>226.900</u>	<u>224.715</u>	<u>226.900</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	181.906	186.486	189.115	192.390
Debêntures	105.487	102.670	105.487	102.670
Fornecedores	101.712	66.672	101.712	66.672
Arrendamentos mercantis financeiros	11.914	12.006	11.914	12.006
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	7.358	6.799	7.358	6.799
<u>Passivos financeiros derivativos</u>				
Operação de "swap"	285	-	285	-
	<u>408.662</u>	<u>374.633</u>	<u>415.871</u>	<u>380.537</u>
Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	105.358	100.658	105.358	100.658
Contas a receber	128.349	140.490	128.349	140.490
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	298	16	298	16
<u>Ativos financeiros derivativos</u>				
Operação de "swap"	9.090	20.433	9.090	20.433
	<u>243.095</u>	<u>261.597</u>	<u>243.095</u>	<u>261.597</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>				
Empréstimos e financiamentos	181.906	186.486	189.115	192.390
Debêntures	105.487	102.670	105.487	102.670
Fornecedores	101.735	66.700	101.735	66.700
<u>Passivos financeiros derivativos</u>				
Operação de "swap"	7.054	1.895	7.054	1.895
	<u>396.182</u>	<u>357.751</u>	<u>403.391</u>	<u>363.655</u>

31.2 Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, operações de swap, debêntures, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

31.2.1 *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e aplicações financeiras.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Como política, o Grupo procura manter parte de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros.

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Instrumentos de taxa fixa</u>				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(8.404)	(1.952)	(8.404)	(1.952)
Debêntures	-	-	-	-
	<u>(8.404)</u>	<u>(1.952)</u>	<u>(8.404)</u>	<u>(1.952)</u>
<u>Instrumentos de taxa variável</u>				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	80.461	59.570	92.892	81.930

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(173.502)	(184.534)	(173.502)	(184.534)
Debêntures	(105.487)	(102.670)	(105.487)	(102.670)
	<u>(198.528)</u>	<u>(227.634)</u>	<u>(186.097)</u>	<u>(205.274)</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da Tributação
2013		
Reais	-25	(591)
	-50	(1.182)
2012		
Reais	-25	(747)
	-50	(1.495)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira da Companhia.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege (hedge) de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos cinco meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira em seu contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de swap e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”. As operações de “swap” consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré-fixada de 1,26% (31 de dezembro de 2013: 1,32%).

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

31 de março de 2014	Faixas de vencimento	Valor Contratado (Reais)	Valor justo		Resultado no período
			Ativo financeiro derivativo	Passivo Financeiro derivativo	
Risco de taxa de câmbio					
<u>Operações de swap:</u>					
Contrato de swap Citibank	De 26/10/2011 a 11/07/2014	30.331	3.684	-	(913)
Contrato de swap Itaú	De 11/12/2012 a 11/12/2014	50.000	3.229	-	(3.281)
Contrato de swap HSBC	De 08/04/2013 a 08/04/2014	10.000	476	-	(704)
Contrato de swap Rabobank	De 14/06/2013 a 04/05/2015	31.875	1.103	-	(1.765)
Contrato de swap FINIMP/Santander	De 22/11/2013 a 07/11/2014	437	-	19	(19)
Contrato de swap FINIMP/Santander	De 23/12/2013 a 18/12/2014	720	-	44	(44)
Contrato de swap FINIMP/Santander	De 06/02/2014 a 06/02/2015	2.888	-	222	(222)
		<u>126.251</u>	<u>8.492</u>	<u>285</u>	<u>(6.948)</u>
		Circulante	<u>(7.389)</u>	<u>(285)</u>	
		Não circulante	<u>1.103</u>	<u>-</u>	

Em 31 de março de 2014, a Companhia registrou uma despesa de R\$8.624 e uma receita de R\$1.676 (31 de março de 2013: despesa de R\$293) no resultado financeiro.

A controlada Cipolin contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações de moeda em suas operações de venda de trigo. Em 31 de março de 2014, o valor dos derivativos da posição comprada totalizou R\$110.054. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ativos totalizou R\$598, enquanto que os instrumentos financeiros derivativos passivos totalizaram R\$6.769. A controlada apurou uma despesa de R\$7.195 registrada no resultado financeiro.

Abaixo segue demonstrativo de que os empréstimos e financiamentos são 100% garantidos por meio de contratos de swap.

	Controladora e consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	116.413	123.438
Contrato de swap (b)	(116.413)	(123.438)
Exposição líquida (a-b)	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de março de 2014, o Grupo encerrou o período sem exposição ao risco de taxa cambial. Desta forma, o Grupo não está apresentando os cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam exigidos pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Notas Explicativas

*J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR*

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. A Companhia opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

31.2.2 *Riscos de crédito*

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado.

Em 31 de março de 2014, a Companhia contava com quinze clientes (31 de dezembro de 2013: quinze clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$3.000 cada e eram responsáveis por 35% (31 de dezembro de 2013: 36%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 75% (31 de dezembro de 2013: 66%) vêm operando com o Grupo por mais de 2 anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia desde sua implantação em 2005.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Clientes - Atacado	100.304	105.245	100.304	105.245
Clientes - Varejo	52.734	48.047	52.734	48.047
Outros clientes	3.391	4.693	3.699	4.822
(-) Provisões	(16.582)	(7.708)	(16.582)	(7.708)
	<u>139.847</u>	<u>150.277</u>	<u>140.155</u>	<u>150.406</u>

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2013: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra, Caixa e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

31.2.3 *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados nas notas explicativas nº 20 e 21.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo,

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos períodos findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

32 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
<u>Modalidade:</u>		
Responsabilidade civil	8.000	6.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	124.910	117.779
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	127.100	159.600
	<u>260.010</u>	<u>283.379</u>

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

33 Adoção antecipada da MP 627

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração irá efetuar a opção pela adoção antecipada quando forem emitidos os atos administrativos necessários para este efeito pela Receita Federal do Brasil e, somente nesse momento, a Administração poderá calcular eventuais impactos, se houver.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos

Conselheiros e Diretores

J.Macêdo S.A.

Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da J.Macêdo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os três meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Fortaleza, 09 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 S-CE

João Alberto da Silva Neto

Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE